

CNJ publica painel de projetos do Escritório Corporativo

O Conselho Nacional de Justiça disponibilizou em seu portal eletrônico o painel de projetos institucionais desenvolvidos no âmbito do Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e de Projetos Institucionais (ECPP). Instituído em setembro passado, o Escritório Corporativo é um centro de informações estratégicas, promovendo o acompanhamento, oferecendo suporte metodológico e integrando a execução das políticas judiciárias nacionais e dos projetos institucionais.

Gil Ferreira/CNJ



CNJ CNJ publica painel de projetos institucionais do Escritório Corporativo

O Painel de Projetos apresenta informações sobre os 33 projetos institucionais em andamento, incluindo alguns dados, como objetivo estratégico do CNJ, temáticas, entregas realizadas até o momento e percentual de execução de cada um. Além disso, foi desenvolvido um relatório com o resultado mais detalhado do levantamento de projetos.

Criado pela Portaria 181/2020, a unidade vinculada ao Departamento de Gestão Estratégica do CNJ para assessorar à presidência e às comissões permanentes conta com equipe formada por juiz auxiliar da presidência, coordenador, consultores, gerente e assistente.

Eles são responsáveis por auxiliar a interlocução com outras áreas, facilitar o estabelecimento de estratégias e diretrizes e realizar estudos e pesquisas apoiando as atividades de integração entre as políticas e os projetos, fortalecendo suas execuções.

A política judiciária nacional é aquela instituída pelo CNJ, com caráter contínuo ou de vigência determinada, e que impulsiona o desenvolvimento de programas, projetos ou ações pelos órgãos do Judiciário.

Já os projetos institucionais são os que visam ao cumprimento da missão, da visão e dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário e do Conselho Nacional de Justiça, como iniciativas para criação ou aquisição de novos produtos ou serviços, as decorrentes das políticas judiciárias instituídas e outras ações determinadas pela Presidência como estratégicas ou de relevante impacto orçamentário.

Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.

Date Created

18/12/2020